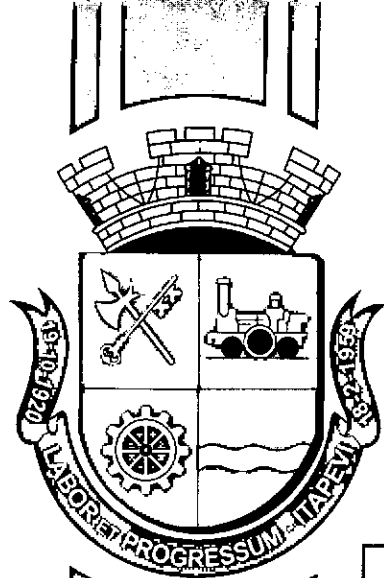




CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Cân. Mu. pal.
de Itapevi
Folha Nº 012

Processo nº 090/2011

Projeto de Resolução nº 012/2011

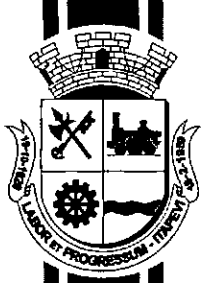
Interessado: Câmara Municipal de Itapevi



Assunto: “ Acrescenta alínea “q”, ao parágrafo único do artigo 1º da Resolução nº. 001/2007”

Autor: Paulo Rogério de Almeida (PTB)

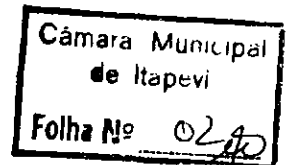
Arquivado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012 /2011



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI:

Faço saber que a Câmara Municipal de Itapevi, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Súmula: "Acrescenta alínea "q", ao parágrafo único

Do art. 1º da Resolução nº 001/2007".

Art. 1º "O parágrafo único, do artigo 1º da Resolução 0001/07, passa a vigorar acrescido da alínea "q", com a seguinte redação".

"Parágrafo Único (...)

q) Medalha de Mérito Policial Senador Romeu Tuma, homenagens destinadas: ao policial civil, ao policial militar, ao policial rodoviário, ao guarda municipal, e/ou guarda civil municipal, aos integrantes da defesa civil e agrupamentos de salva vidas, ao demutran, que se destacarem no Município por serviços relevantes ou por bravura ativo ou inativo".

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente resolução correrão por conta de dotação orçamentária, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas disposições em contrário.

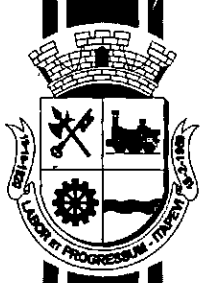
Sala das Sessões Benvindo Moreira Nery, 26 de Agosto de 2011.

Dr. PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA

"Professor Paulinho"

Vereador - PTB





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Câmara Municipal
de Itapevi

Folha Nº 039

JUSTIFICATIVA

Egrégia Casa de Leis

Douto Edil

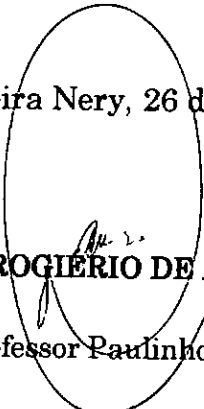
Apresento para apreciação e futura aprovação por Vossas Excelências o projeto trazido à baila.

A futura lei visa tão somente prestar as devidas honras a quem de direito, como é o caso do "Senador Romeu Tuma".

A história desse brasileiro, descendente de sírios representa para nós brasileiros serenidade e civismo, foi investigador e depois delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo, bacharel em direito pela PUC-SP, foi Diretor Geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em 1994 disputou sua 1ª eleição e foi eleito Senador de São Paulo, reelege-se a Senado em 2002, onde manteve o cargo de corregedor do Senado até 2010, mas teve problemas de saúde, assim não pode se reeleger, faleceu em Outubro de 2010 aos 79 anos no Hospital Sírio-Libanês na região Central de São Paulo, em decorrência de uma falência múltipla dos órgãos, demais informações segue histórico em anexo.

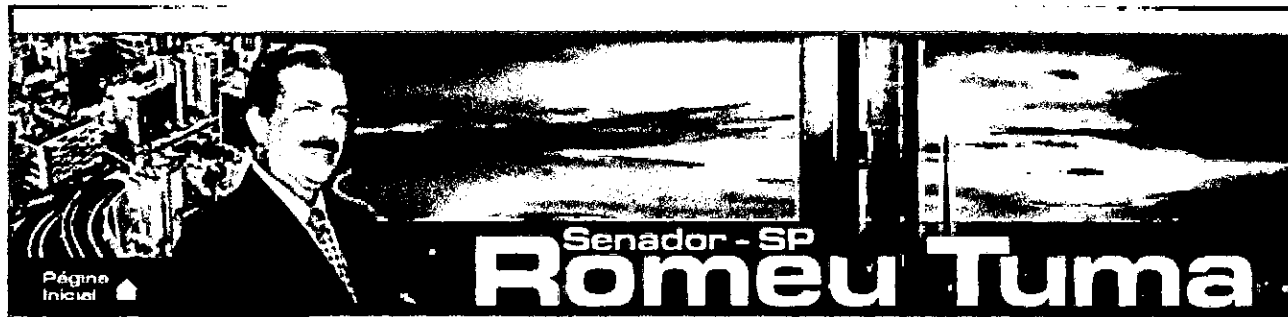
Posto isso peço a aprovação desse projeto para que possamos demonstrar mesmo que num pequeno gesto nosso apreço e gratidão por esse exemplo de ser humano.

Sala das Sessões Benvindo Moreira Nery, 26 de Agosto de 2011.


Dr. PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA

"Professor Paulinho"

Vereador - PTB



Senador - SP
Romeu Tuma

Página Inicial

Galeria de Fotos **Biografia** **Notícias** **Condecorações** **Atuação Parlamentar**

Publicações
São Paulo
Linha do Tempo
Links

Biografia

A permanente defesa do Estado Democrático de Direito e a intransigente garantia da segurança pública e da liberdade individual, combinadas com a preservação dos valores familiares, são princípios que marcam toda a biografia do Senador Romeu Tuma, como se vê pelo texto abaixo.



ROMEU TUMA, Senador da República em segundo mandato (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB/SP), é filho do casal Zike e América Tuma, já falecidos. Nasceu em São Paulo a 4 de outubro de 1931.

Casado com a professora Zilda Dirane Tuma, possui quatro filhos e nove netos.

Robson, o filho mais jovem, foi reeleito em outubro de 2002 para o quarto mandato de Deputado Federal. Romeu Tuma Júnior seguiu a carreira do pai como Delegado de Polícia. Atingiu a Classe Especial e, também em 2002, conquistou o mandato de Deputado Estadual em SP. Exerce o cargo de Secretário Nacional de Justiça (Ministério da Justiça). Rogério é médico neurologista e oncologista, com especialização nos Estados Unidos. Ronaldo, cirurgião dentista, leciona técnicas odontológicas de identificação criminal, na Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra".

Tuma ingressou na carreira policial aos 20 anos de idade. Sempre por concurso público, tornou-se Investigador e, em 1967, Delegado de Polícia, após se bacharelar em Direito. Exerceu o cargo de Diretor de Polícia Especializada, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Entre 1977 e 1983, seus agentes esclareceram todos os seqüestros então ocorridos em território paulista.

Em 1983, assumiu a Superintendência da Polícia Federal naquele Estado para, pouco depois, ascender a Diretor-Geral do DPF, função em que permaneceu até 1992. Ainda nesse posto, acumulou os cargos de Secretário da Receita Federal e Secretário da Polícia Federal, quando instituiu na Receita a recepção de declarações do Imposto de Renda por meio digital.

De 1992 a 1994, foi Assessor Especial do Governador de São Paulo, com "status" de Secretário de Estado.

Presidiu o Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos (IBAE).

Em 1995, depois de quarenta anos de serviço, quando o povo já o chamava de Xerife, afastou-se do Poder Executivo para cumprir seu primeiro mandato de Senador por São Paulo, com mais de 5,5 milhões de votos. Nas eleições de outubro de 2002, recebeu 7.278.185 votos e novo mandato com vigência até 2011.

Reeleito por unanimidade pela oitava vez consecutiva (biênio 2006-2008), continua sendo o primeiro Corregedor Parlamentar da história do Senado Federal. O Regimento Interno lhe atribui competência para, no âmbito da Casa, promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina; dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa; supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar; fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos que envolvam Senadores; e, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina. Tem a seu cargo a Polícia do Senado.

Como Corregedor, Tuma é membro nato do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa.

Em 2003, foi eleito 1.º Secretário da Mesa Diretora do Senado (biênio 2003-2004), o quarto cargo em importância na hierarquia parlamentar e que responde por atribuições fundamentais para o funcionamento do Poder Legislativo federal.

Nessa condição, dirigiu também o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e foi Diretor Nacional do Programa Interlegis, quando integrou os legislativos de todo o País, nos níveis federal, estadual e municipal, por meio de

uma rede e um portal na Internet, mantidos pelo Senado (Prodasen) para conexão com e entre as assembleias legislativas e câmaras municipais. Estabeleceu parcerias para dotar essas câmaras de microcomputadores conectados à Internet e ao Senado, além de fornecer gratuitamente treinamento e programas específicos para o gerenciamento do trabalho dos vereadores, deputados estaduais e seus assessores.

Em 1991, passou a ocupar uma Vice-Presidência da Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC-INTERPOL), que congrega as polícias de 186 nações. Ao assumir o primeiro mandato de Senador, viu a Assembleia Geral da INTERPOL transformar essa Vice-Presidência em cargo honorário para que ele pudesse continuar a ocupá-la, servindo como emissário da organização no continente americano. Em tal condição, intermediou a volta de diversos países àquela comunidade internacional, como a Nicarágua, por exemplo.

Entre os seus trabalhos policiais de maior repercussão, figuram a descoberta dos despojos do mais procurado criminoso de guerra nazista, Joseph Mengele, e a captura do mafioso italiano Thomazzo Buscheta, cujas confissões permitiram destruir grande parte da máfia nos EUA e Itália. Foram notáveis também o combate à exploração dos índios; à devastação da Amazônia; à prostituição e ao tráfico de crianças; aos "criminosos de colarinho branco"; às fraudes na Previdência Social; e, especialmente, ao narcotráfico.

Posicionou-se, em 1997, como um dos mais ativos integrantes da CPI dos Títulos Públicos (fraudes no pagamento de precatórios). Também se destacou como autor ou relator de projetos de repercussão nacional, entre outros, por exemplo, o que se transformou na lei que tipificou como crime o porte, posse, fabricação e comercialização de armas de fogo não autorizadas, transferindo-os da Lei das Contravenções Penais para o Código Penal antes mesmo da aprovação do Estatuto do Desarmamento. Ainda no campo criminal, relator projetos de lei igualmente importantes, como o que instituiu 14 tipos de penas alternativas, destinadas a delinquentes com baixo grau de periculosidade.

Viajou em missão oficial para os EUA, França, Suíça, Itália, Canadá, Alemanha, Japão, Coreia, China, Egito, Turquia, Argentina, Paraguai e Índia, além de outros países, tanto para tratar da recuperação de milhões de dólares desviados criminosamente dos cofres públicos brasileiros, como para participar das reuniões da assembleia anual mundial da INTERPOL e, através dela, conseguir incrementar o combate à "lavagem de dinheiro" e ao crime organizado no Brasil. Como observador parlamentar do Senado, tem comparecido em todos os finais de ano à Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), na cidade de Nova York (EUA).

Presidiu a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e integra diversas Comissões Permanentes. Foi Vice-Presidente da Comissão Especial da Calha Norte enquanto ela existiu. Participou de onze comissões mistas, constituídas para estudar as medidas provisórias submetidas pelo Presidente da República à deliberação do Congresso Nacional. Além disso, presidiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre Roubo de Cargas, composta de Senadores e Deputados Federais. Atualmente, é Vice-Presidente da CPI da Pedofilia.

Foi Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (biênio 98-99) e Líder do Governo, em 1999. Pertenceu ainda à Subcomissão de Rádio e TV (CESRTV) e à Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza. Fez parte, entre outras, da Comissão Mista Especial de Segurança Pública, na função de Sub-Relator, e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Futebol.

No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Tuma teve papel de destaque na primeira cassação de um mandato de Senador no Brasil e na renúncia de mais dois parlamentares à beira de também serem cassados. Depois, foi designado pelo Conselho para coordenar a Comissão Especial de Inquérito que resultou na renúncia do então Presidente da Casa, diante da mesma possibilidade.

Quando pertencia ao extinto PFL, apresentou o relatório que resultou na expulsão do então Deputado Federal Hildebrando Pascoal devido aos crimes descobertos pela CPI do Narcotráfico. Também acatando parecer de Tuma, o partido decidiu expulsar o então Deputado Estadual Carlos Gratz por envolvimento com o crime organizado no Estado do Espírito Santo.

Na atual legislatura, o Senador é membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Educação (CE), Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), além da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática (CESCCI) e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Como membro titular, Romeu Tuma integra a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa.

Parte dos seus projetos de lei tem origem na experiência profissional como Delegado de Polícia e objetiva coibir a impunidade. Por exemplo, Tuma formulou uma série de proposições para modificar o Código Penal e a Lei de Execução Penal, de maneira a obrigar os autores de crimes violentos contra a pessoa ao cumprimento de pelo menos 2/3 do total das penas, se forem reincidentes, ou metade da condenação, se forem primários, antes de poder reivindicar benefícios como o livramento condicional.

O Senado aprovou por unanimidade e enviou à Câmara dos Deputados sua Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permite às Prefeituras celebrar convênios com os Estados para empregar as guardas municipais no policiamento ostensivo em apoio às polícias Militar e Civil. Outro projeto ampliava o limite máximo de 30 anos

Carreira policial

Descendente de sírios,^[1] Romeu Tuma foi investigador e depois, delegado de polícia concursado da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Bacharel em Direito pela PUC-SP, dois de seus quatro filhos seguiram a carreira política: Romeu Tuma Júnior foi deputado estadual por São Paulo, e Robson Tuma, deputado federal; ambos também delegados de polícia.

Foi diretor geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista de 1977 a 1982. De acordo com o livro *Habeas Corpus*, lançado em janeiro de 2011 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Tuma participou ativamente na ocultação de cadáveres de militantes políticos assassinados sob tortura e no falseamento de informações que poderiam levar à localização dos corpos dos desaparecidos políticos.^[2] Em 1982 tornou-se superintendente da Polícia Federal no Estado, e em 1985, torna-se diretor geral do órgão.

Durante sua gestão, o chamado "boi gordo" foi confiscado no âmbito do Plano Cruzado, foi descoberta a ossada do médico alemão Joseph Mengele, e houve a captura de Tommaso Buscetta, o mafioso cujas confissões ajudaram a desmantelar parte das máfias italiana e norte-americanas presentes no Brasil. Permaneceu dirigindo a Polícia Federal até 1992, já no governo Fernando Collor de Mello quando também acumulou o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil.

[editar]Político

Em 1994, disputou sua primeira eleição e foi eleito senador de São Paulo pelo Partido Liberal (PL, atual PR)^[3], filiando-se posteriormente ao Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM). Concorreu à prefeitura de São Paulo em 2000, obtendo o 4º lugar. Reelege-se senador em 2002, onde manteve o cargo de corregedor do Senado até 2010. Em 2007, filia-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).^[4] Candidatou-se à reeleição em 2010, mas teve problemas de saúde no início de setembro, inicialmente divulgado como problema de afonia, e ficou internado até o fim das eleições.^[5] Assim, não pôde fazer campanha corpo-a-corpo e tampouco gravar programas eleitorais, o que refletiu na sua inexpressiva votação (se comparada com outras eleições). Tuma obteve apenas 3,8 milhões de votos, ficando assim em 5º lugar, atrás de Aloysio Nunes e Marta Suplicy, eleitos senadores, e Netinho de Paula e Ricardo Young.^[6] O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou erroneamente a morte do senador no dia 24 de setembro de 2010. O diário assumiu o erro e lançou uma errata minutos mais tarde.^[7]

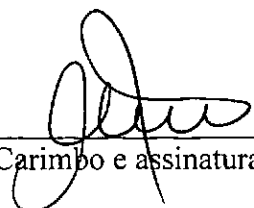
[editar]**Morte**

Faleceu em 26 de outubro de 2010, aos 79 anos de idade, no Hospital Sírio-Libanês na região Central de São Paulo, em decorrência de uma falência múltipla dos órgãos. Em sua vaga, assumirá o suplente Alfredo Cotait Neto, o qual cumprirá o restante do mandato, que termina em 31 de janeiro de 2011. [8][9][10]

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o presente **PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 012/**
2011, foi autuado e registrado como processo **numero 080/2011**.

Itapevi, 29 de agosto de 2.011.


Carimbo e assinatura do funcionário

AO GABINETE DO PRESIDENTE

Para conhecimento e eventuais determinações.

Itapevi, ____ de ____ de 2.011.

Fernando Teodoro Alves
Diretor

À Secretaria

Providenciar a inclusão, para a leitura do
EXPEDIENTE da Sessão Ordinária, que se realizará no
próximo dia 30/08/2011, após o que, deverá ser
encaminhado às Comissões competentes.

Itapevi, 29 de agosto de 2011

LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS
Presidente

Recebidos na Secretaria. Itapevi, 29 de agosto de 2011.

A Sra. Maria Claudia Maia Costa

Para as providências cabíveis.
Itapevi, 29 / 08 / 2011.

Fernando Teodoro Alves
Diretor

CERTIDAO.

Certifico que em cumprimento a determinação superior, incluir o presente **PROJETO DE RESOLUÇÃO** no **"EXPEDIENTE"** da Sessão Ordinária a ser realizada no próximo dia 30 de agosto de **2.011.**


Maria Claudia Maia Costa
Escriturário

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o presente PROJETO DE RESOLUÇÃO, foi lido no **EXPEDIENTE**.
Itapevi, 30 de agosto de 2011.



Maria Claudia Maia Costa
Escriturário

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12 / 2011.

Para cumprimento ao disposto no Regimento Interno em vigor, encaminhe-se à comissão Permanente de Justiça e Redação.

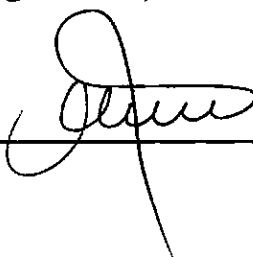
Itapevi, 30/08 / 2011.

Luciano de Oliveira Farias
Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 012/2011

À Comissão de Justiça e Redação.

Em cumprimento à determinação superior, encaminho à V. Exas. o presente Projeto de Resolução enfatizando, desde já, a necessidade do cumprimento dos prazos regimentais (art. 151, I a III, Reg. Interno)

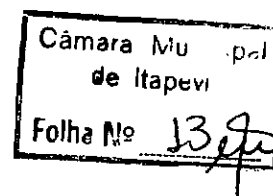


PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2011

Fica designado o Vereador e Membro da Comissão de Justiça e Redação, Sr. _____, para ser Relator do Presente Projeto de Resolução.

Claudio Dutra Barros
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

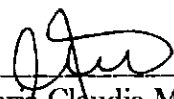
JUNTADA



Junto aos autos:

- 1- Ofício GVPP nº 083/11, do Vereador Paulo Rogério de Almeida solicitando a retirada do presente projeto de Resolução de sua autoria**

Itapevi, 28 de novembro de 2011.



Maria Claudia Maia Costa
Assistente Legislativo I



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Câmara Municipal
de Itapevi
Folha Nº 149

GABINETE DO VEREADOR PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA "Professor Paulinho"

Itapevi, 25 de Novembro de 2011.

OFÍCIO GVPP Nº 0083/2011

Assunto: Retirada do Projeto 012/2011

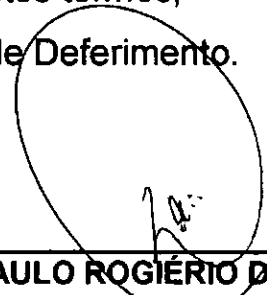
Prezado Senhor:

Eu, Dr. Paulo Rogério de Almeida, vereador desta Casa de Leis, venho por meio desta, pedir a retirada do Projeto 012/0211, que esta tramitando nesta Secretaria.



Nestes termos,

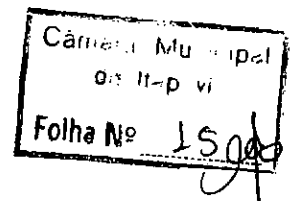
Pede Deferimento.



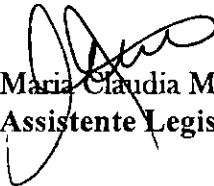
Dr. PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA
Vereador - PV

Ao
Diretor da Secretaria
Dr. Fernando Teodoro

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 052/2011



Em cumprimento à determinação superior, o presente Projeto de Resolução foi arquivado.


Maria Cláudia Maia Costa
Assistente Legislativo I